



Da bio-dominância ao ethodomínio

Autor(es): Soto, Luís G.; Martínez Quintanar, Miguel Ángel
Publicado por: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Filosóficos
URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/35600>
DOI: DOI:http://dx.doi.org/10.14195/0872-0851_45_4
Accessed : 12-May-2024 11:35:15

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.



REVISTA
FILOSÓFICA
DE
COIMBRA

vol. 23 - número 45 - março 2014

vol. 23 - número 45 - março 2014

Fundação Eng. António de Almeida



DA BIO-DOMINAÇÃO AO ETHO-DOMÍNIO

LUÍS G. SOTO & MIGUEL ÁNGEL MARTÍNEZ QUINTANAR*

Resumo: Sob os rótulos bio-dominância e etho-domínio, refletimos acerca do poder na sociedade ocidental contemporânea: quais são as suas formas, como é exercido, quais são os seus efeitos nos indivíduos, considerados como simples elementos componentes de populações (bio-dominância); e, além disso, examinamos a possibilidade de reverter essas situações (etho-domínio).

Na nossa análise, seguimos algumas indicações que encontramos no pensamento de Foucault e no de Debord. Das últimas obras de Foucault, tomamos a noção de poder, que ele entende como poder de vida, integrado por disciplinas e dispositivos, um poder muito diferente do tradicional poder de morte (a violência e a ideologia nas suas formas tradicionais). Da obra de Debord, tomamos a noção de espetáculo, que é hoje uma mistura de espetáculo e comunicação. Pela nossa parte, chamamos esta mistura “sémio-política”: o poder dos signos, quer dizer, poder exercido através de signos. Em nosso entender, bio-poderes e sémio-poderes são os poderes característicos e essenciais da sociedade ocidental contemporânea.

Defendemos a hipótese de que esse poder, ao mesmo tempo que submete os indivíduos e também quando organiza e gere populações, dissemina possibilidades de os sujeitos-atores converterem-se em sujeitos-autores: opções e ocasiões para que aqueles que estão sujeitos cheguem a ser sujeitos. Por outras palavras, a bio-dominância pode ser convertida num etho-domínio. A filosofia, na nossa opinião, pode e deve ter um papel muito importante nessa transformação.

Palavras-chaves: bio-política, ética, filosofia, Foucault, Debord.

* Luís G. Soto, Faculdade de Filosofia, Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela (Espanha) & Miguel Ángel Martínez Quintanar, IES Ánxel Fole, Lugo (Espanha). Uma versão embrionária deste texto foi apresentada nos IV Meetings on Ethics and Political Philosophy, Universidade do Minho, Braga, 20-21 Maio de 2013. Esse contexto, as exposições e os debates havidos beneficiaram o nosso trabalho.

Abstract: This paper examines power in contemporary Western society, and in particular in what are the forms it takes, how it is exerted, and what are the effects it has on individuals, which are considered as simple elements of populations. The paper also considers what is the possibility this situation being reverted.

In order to carry out our analysis, we follow some suggestions that we find in Foucault and Debord. From Foucault's late works, we take his notion of power, which can be understood as power of life and can be constituted by means of disciplines and devices, which is very different of the traditional power of death (violence and ideology in their traditional forms). From Debord's work, we take his notion of spectacle, that is nowadays a mix of spectacle and communication. We call this mix "semio-politics": power of signs, that is, power exerted through signs. In our view, bio-powers and semio-powers are the proper and essential powers of contemporary Western society.

Our hypothesis is that when this power subdues individuals, as well as when it organises and administers populations, it also disseminates possibilities of empowerment, which are options and occasions in which individuals-actors turn into individuals-authors. In other words, bio-domination can be reversed into etho-dominance. Philosophy, in our opinion, can play and ought to play an important role in this transformation.

Keywords: bio-politics, ethics, philosophy, Foucault, Debord.

Bio-dominância

Seguindo os passos de outros, falaremos em "bio-dominância" para caracterizar as relações de poder nas sociedades ocidentais contemporâneas. Com isso pretendemos marcar não apenas que o poder se exerce sobre a vida, mas também que se exerce através da vida.

Até tempos recentes, e é ainda assim em muitos lugares, o poder identificou-se com a violência,¹ nomeadamente com a violência física e negativa, acompanhada pela ideologia que a formulava e expandia em termos discursivos e, em menor medida, icónicos. Poder era "poder matar", "poder fazer mal", junto com a ameaça de o fazer. Com a violência física e a sua expressão ideológica submetiam-se e dirigiam-se coletividades e indivíduos. Nos últimos séculos, o poder mudou nas sociedades ocidentais: dissemina-se em violências várias, não apenas física e negativa, e expressa-se ideologicamente em modo semiológico, não apenas discursivo e icónico (pictórico, escultórico). A morte e o dano vão ser um pólo, o outro será constituído pela

¹ Em *Paz, guerra y violencia*, temo-nos debruçado sobre o conceito e as classes de violência (Soto, 2006: 81-89 e 91-100).

vida, como alvo perseguido e meio para o atingir. Por outras palavras, ter poder vai ser ter meios para assegurar e, sobretudo, potenciar a vida.

Disciplinas, poder de vida

Nas lições *Il faut défendre la société*, dadas no Collège de France durante o curso 1975-1976, Michel Foucault (1997) constata que nos séculos XVII e XVIII apareceram umas técnicas de poder centradas no corpo individual: as disciplinas.² Consistiam em procedimentos vários mediante os quais era efetuada a distribuição espacial dos corpos individuais (separação, alinhamento, posta em série sobre vigilância) e se organizava, em volta deles, um campo de visibilidade. São umas técnicas pelas quais esses corpos ficavam sobre supervisão e com as quais se tentava incrementar a sua força útil mediante o treino. Constituem o que Foucault denomina um “poder de vida”,³ aplicado inicialmente no âmbito do trabalho, do exército e da polícia, mas também no da saúde e da educação, então muito pouco desenvolvidos. É um poder que deve exercer-se da maneira menos custosa possível através de um sistema de vigilâncias, hierarquias, inspeções, escritos.

Ora bem, durante a segunda metade do século XVIII aparece outra tecnologia do poder não disciplinária, que não exclui a técnica disciplinária e que a engloba modificando-a parcialmente. Após a anatomopolítica do corpo humano, introduzida durante o século XVIII, aparece, em finais desse mesmo século e começos do XIX, a biopolítica da espécie humana. Diferentemente da disciplina, dirigida ao corpo, a biopolítica aplica-se à vida dos seres humanos, ao “ser humano vivo” ou “ser humano espécie”.⁴

As técnicas disciplinárias tratavam de reger a multiplicidade dos seres humanos na medida em que essa multiplicidade podia e devia individualizar-se em corpos individuais que é necessário vigiar, treinar, empregar, e, eventualmente, castigar. As novas tecnologias estão destinadas também à multiplicidade dos seres humanos, mas esta não é vista como um conjunto numerável de corpos, mas focada como uma massa global, afetada por processos de conjunto próprios da vida como o nascimento, a morte, a reprodução, a

² Também em *Surveiller et punir* (Foucault, 1975). Lembraremos algumas questões citando pela tradução portuguesa (Foucault, 1987). E, citando também pela tradução portuguesa (Foucault s.d.), imos referir alguns pontos de *Histoire de la sexualité 1. La volonté de savoir* (Foucault, 1976).

³ Sintética e exemplarmente: Foucault, s.d., 139-149.

⁴ A aula ou lição de 17 de março de 1976 é imprescindível para compreender esta diferença.

doença, etc. A biopolítica trabalha sobre individualizações que não são individuais mas coletivas, grupais.

Portanto, o poder de vida desenvolve-se em duas direções sobrepostas: depois de um primeiro exercício do poder sobre o corpo, produzido no modo da individualização, há um segundo exercício que não é individualizador mas massificador, dirigido ao “ser humano espécie”.

Biopoderes, dispositivos

Os primeiros objetos de saber e alvos de controlo foram os processos de natalidade (proporção de nascimentos em relação com as mortes, fertilidade da população, taxas de reprodução), mortalidade (taxas de mortes em relação com os nascimentos), longevidade (condições de vida), em conexão com um conjunto de problemas económicos. Neste momento põe-se em prática a medição estatística desses fenómenos com as primeiras demografias.

Mas, não só o controlo da natalidade e a questão da fecundidade são os objetos desta biopolítica. Em finais do século XVIII o problema da morbilidade não é epidemiológico (como na Idade Média) mas “endemiológico”: torna-se problemática a forma, natureza, extensão, duração e intensidade das doenças dominantes numa população. As doenças não são tratadas como causas de morte a extirpar, mas abordadas como fatores permanentes de subtração de forças, diminuição de tempo de trabalho, redução das energias, custos económicos, tanto pelo que deixa de produzir-se como pelos cuidados que podem requerer. A doença é um fenómeno populacional, não “escatológico” como na Idade Média:⁵ a morte já não se lança sobre a vida em forma de epidemia (física, social, cósmica), mas um fator que debilita, diminui a vida. Toda esta série de fenómenos faz da medicina um dispositivo profilático, com organismos de coordenação dos cuidados médicos, centralização da informação, normalização do saber. A higienização coletiva e a medicalização da população põem-se em marcha em finais do século XVIII. O chamado por Foucault “dispositivo de sexualidade” impõe-se ao longo dos séculos XIX e XX.

Outros campos de intervenção da biopolítica são os acidentes, a invalidez, as anomalias, a velhice (que se converte num problema desde que o indivíduo fica fora do campo da atividade produtiva e vê-se limitado na suas capacidades, numa sociedade em vias de industrializar-se). A biopolítica não

⁵ Desde o começo da nossa reflexão temos em mente os trabalhos de Ariès sobre a repressão (até à forclusão) da morte na sociedade europeia contemporânea. Por exemplo, os seus ensaios sobre a história da morte em Ocidente desde a Idade Média até aos nossos dias (Ariès, 1975).

vai introduzir apenas instituições assistenciais que, de algum modo, já existiam antes, mas também mecanismos subtis, economicamente mais racionais que a assistência massiva: os seguros de poupança individual e coletiva, de segurança, etc.⁶ Por fim, o último campo da biopolítica, de onde ela vai “extrair” o seu saber e “definir” o seu campo de intervenção, é o entorno: a consideração das relações entre a espécie humana e o seu meio de existência (geográfico, climático, hidrográfico). É paradigmático, por exemplo, o problema dos terrenos lamacentos, pantanosos, as doenças ligadas a eles, e o crescimento explosivo da população urbana.

Biopolítica

A biopolítica não “trabalha” com a sociedade (o corpo social definido pelos juristas), nem com o indivíduo (o corpo físico), mas trabalha com, sobre, e na população. A biopolítica tem a ver com a população como problema científico-político. Toma em consideração fenômenos coletivos manifestados nos efeitos econômicos. Estes fenômenos, em si mesmos, são aleatórios e imprevisíveis, mas no plano coletivo exibem constantes que os saberes biopolíticos tratarão de estabelecer. São fenômenos que devem considerar-se dentro de uns limiares temporários, mais ou menos longos, como fenômenos seriais. A biopolítica abordará acontecimentos aleatórios que se produzem numa população tomada na sua duração. Tratará, por uma parte, de introduzir previsões, mecanismos estatísticos, medições globais, com a finalidade não de modificar tal ou tal fenômeno particular, mas de intervir no nível das determinações globais desses fenômenos. Por exemplo, haverá que modificar e baixar a morbidade, alongar a vida, estimular a natalidade, gerir as consequências dos intercâmbios entre raças. Por outra parte, tentará instalar mecanismos de segurança em torno do aleatório, inerente a uma população de seres vivos, através, por exemplo, da higiene global, da medicalização universal e da profilaxe coletiva. O objetivo é a elaboração de intervenções estratégicas que garantam, não uma disciplina do corpo do indivíduo, mas um equilíbrio, uma regularidade e homeostase nas populações, quer dizer, no “ser humano espécie”.

Nos cursos *Sécurité, territoire, population*, de 1977-1978, e *Naissance de la biopolitique*, de 1978-1979, Foucault (2004a e 2004b) aprofunda a descrição da biopolítica. Para ele, o funcionamento da racionalidade governamental não se baseia na regulação da oposição “estado *versus* liberdade do indivíduo”, mas na lógica estratégica. Os dispositivos jurídicos, econômicos e sociais, não são contraditórios mas heterogêneos. “Heterogeneidade” quer dizer

⁶ Vid. sobre providência, risco, seguros, etc.: Ewald, 1986.

fricção, tensão, incompatibilidade mútua, ajustes alcançados ou fracassados entre diferentes dispositivos. A lógica estratégica tem por função estabelecer conexões possíveis entre termos díspares, heterogéneos, e que continuam a sê-lo. Opõem-se ponto por ponto à lógica dialética que resolve e reconcilia termos diferentes num terceiro que os supera. Foucault descreve uma política da multiplicidade oposta tanto ao primado do político, reivindicado por Hannah Arendt e Carl Schmitt, como ao primado do económico, descoberto por Marx. Foucault substitui estes dois princípios totalizadores (explicativos e ontológicos) por uma proliferação de dispositivos que constituem unidades de consistência contingente, graus de unidade casuísticos e ocasionais.

Segundo Foucault o governo sempre se exerce sobre uma multiplicidade, a população. As classes sociais, os sujeitos económicos e jurídicos, não são mais do que partes dessa multiplicidade, perspectivas parciais nascidas do sistema de observação de referência em que epistemicamente nos instalamos. O conceito de população deve ser percebido na sua dupla natureza. Por uma parte, é a espécie humana e as suas condições económicas, sociais, de reprodução biológica (regulação dos nascimentos e da mortalidade, gestão da demografia, cálculo de riscos, etc.). Mas, por outra parte, é o público, a opinião pública, a comunicação ou “espetáculo” (que dizia Guy Debord). Foucault assinala que economistas e publicistas nascem no mesmo momento: as técnicas de governo tomam, simultaneamente, a economia e a opinião, constituindo-as. A ação governamental estende-se desde o sócio-biológico (na espécie) até à superfície das linguagens públicas, preenchendo esse novo espaço de dispositivos de saber-poder.⁷

Em *Surveiller et punir*, Foucault (1975) era reticente quanto ao papel jogado pelo espetáculo na sociedade contemporânea.⁸ Mas ele mesmo aponta, agora, que é um caminho a percorrer, uma via a explorar: outra face, muito importante, do novo poder exercido sobre as populações. Vê-lo-emos um pouco mais adiante. Entretanto, reparemos num limite possível, num ponto de fuga, na dominação exercida, através das disciplinas e dos dispositivos, sobre os componentes das populações: os indivíduos sujeitos.

Disciplinas e auto-disciplina

A respeito das disciplinas Foucault descuida, ou passa por alto, algo importante: que, ao aprender uma disciplina e auto-impor-se essa disciplina, o indivíduo encara a hipótese de, em alguma medida, se converter em dono de

⁷ Cf. Lazzarato, 2007a: 94 e 2007b: 191.

⁸ De facto ele contrapõe a sociedade do “espetáculo” e a sociedade da “vigilância”, que segundo ele é a nossa (Foucault, 1987: 190-191).

si mesmo e dirigir a sua própria vida.⁹ Não é a mesma coisa obedecer aos ditados de uma instituição que, fora da instituição, uma imposição própria desses ditados, outrora dentro dela aprendidos, agora em vista de interesses particulares. No primeiro caso, esse indivíduo está sujeito; no segundo, tal indivíduo, ainda que minimamente, é sujeito (ou, ao menos, vislumbra a possibilidade de o ser). Por isso, estes poderes enquanto e assim que dominam... geram resistência. Uma resistência tendencialmente externa e heterogênea, não exclusivamente interna e homogênea a respeito do poder com que se enfrenta.¹⁰

Com certeza, a auto-disciplina significa a culminação da disciplina: a sua interiorização, até à assimilação, por parte do indivíduo sujeito. Representaria, assim, uma completa alienação, a completa submissão.¹¹ Mas a auto-disciplina também conduz em direção ao ponto contrário: pode ser o começo de uma libertação, da aquisição da posição e condição de sujeito, de agente que se serve da disciplina para atingir fins próprios. E que o indivíduo disciplinado, submetido e imerso nas instituições disciplinares, não só serve a outros, a diferentes agentes e agências sociais, mas também obtém — ao menos, pode obter — um benefício para si mesmo. E este benefício, que Foucault não nega, não constitui “apenas”, como parece deixar entender, uma isca ou um placebo com o que o indivíduo se ata, mais e mais e por si mesmo, aos poderes disciplinares.¹²

Esse efeito duplice resulta especialmente perceptível, de entre as instituições disciplinares, na ação da escola. Esta emprega toda uma bateria de coações físicas e psicológicas para ensinar — se se preferir, para que se aprenda — a ler, escrever, calcular,... enfim, para transmitir — inculcar inclusive — um conjunto de conhecimentos, atitudes,... que o indivíduo escolarizado pode utilizar em proveito próprio. De facto, historicamente, a escola — o

⁹ Temos tratado esta hipótese, com alguma maior extensão, no texto “Del poder y la contestación” (Soto, 2009: 11-18).

¹⁰ Sobre esta confrontação entre linhas de sujeição e pontos de subjetivação, que podem desembocar em processos de resistência (emancipação, autoconsciência), é bem frutífera a análise de Deleuze e Guattari acerca do povo judeu, a filosofia moderna e a psiquiatria do século XX (Deleuze & Guattari, 1980: 160-168).

¹¹ Foucault destaca, e tende a sublinhar, isto, falando do panóptico (Foucault, 1987: 177-178) e do panoptismo (Foucault, 1987: 190).

¹² Nesta direção, desde o ponto de vista analítico é mais fértil a noção deleuziano-guattariana de “linhas de fuga” (e os seus movimentos) que a noção foucaultiana de “estratégia” (Deleuze & Guattari, 1980: 247-252). A razão reside em que as “linhas de fuga” são ontologicamente primeiras na medida em que dão conta da “originariedade/originalidade” dos fenómenos de resistência e fuga, e também do carácter secundário dos dispositivos de poder que são produzidos pelas próprias disposições para esmagá-las, obstaculizá-las ou obstruí-las.

aparelho educativo, o sistema escolar — funcionou, e funciona, não apenas como um instrumento de controlo, senão também — e sobretudo — como um meio de promoção social. Este efeito dúplice, reforçar a dominação e propiciar a libertação, não se dá sempre, nem por igual, nas instituições disciplinares (quartel, oficina, hospital, etc.): às vezes e em algumas, como a prisão, apenas se produz de forma ocasional e marginal.¹³

Um dispositivo: apenas sujeição?

Dos dispositivos, Foucault (1984a e 1984b) presta especial atenção ao da sexualidade, cujo estudo o leva a modificar a sua concepção do poder,... quiçá apenas a alargá-la, a completá-la.¹⁴ Mas, em princípio, contempla a relação histórica, nos séculos XIX e XX, do poder com a sexualidade sem variar nem de perspectiva nem de modelo: isto é, com a perspectiva e segundo o modelo estratégico. Neste dispositivo, na sua formação, implantação e desenvolvimento, intervêm as instituições disciplinares (escola, hospital, sobretudo), a família e outras instâncias, estas macro-físicas (como os estados e as leis, como a religião e as igrejas, destacadamente). O dispositivo não vai incidir apenas sobre o indivíduo, mas também sobre a coletividade: o sexo é um valor na vida individual, mas também uma peça na existência coletiva: saúde, natalidade, população, moradia, etc. Através do sexo, e não apenas através dele, o biológico irrompe na economia e na política. O estado e outras instâncias vão tentar controlar esse fator por meio de regulamentações.

Como acontecia com as disciplinas, o dispositivo da sexualidade não substitui o tradicional, de aliança, mas combina-se com este, modifica-o e, por sua vez, incide sobre outros âmbitos. Com perspicácia e agudeza, Foucault mostra como a repressão e a libertação sexuais, patentes respetivamente nas sociedades ocidentais nos séculos XIX e XX, são duas faces da ação positiva, construtiva, do poder (os poderes) com relação ao sexo: a repressão, ao serviço da saúde (física) e, no fundo, do trabalho; a libertação, ao serviço também da saúde (desta vez, psíquica) e, sobretudo, do consumo.¹⁵ A função do dispositivo não é apenas sujeitar, mas é também subjetivar: dotar de uma subjetividade controlada ou, ao menos, controlável. Isto significa ir para além da sujeição, persegui-la e atingi-la através e por meio da subjeti-

¹³ Xosé Tarrío pode ser um desses raros exemplos (Tarrío, 2007). Cf. o nosso artigo “Pensamentos de un preso” (Soto, 2012).

¹⁴ Com certeza, há mudança com a introdução da “moralidade” (Foucault, 1985: 26-31). Ora, essa mudança afeta, além de ao aspecto “disciplina”, ao aspecto “dispositivo”? Albergamos dúvidas e, como mínimo, é preciso matizar.

¹⁵ Sinteticamente, esses dois “momentos” (Foucault, s.d.: 118).

vação. Simplificando e generalizando, o dispositivo da sexualidade tentaria algo como programar o indivíduo: perfilar a sua identidade, moldar os seus hábitos, orientar a sua conduta,... etc. Coisa muito complexa, muito difícil,... em nosso entender.¹⁶

Na nossa opinião, embora reconhecendo um grande ou amplo sucesso a semelhante tentativa, esta deixa fora de controle, e ficam fora do seu alcance, algo mais que resquícios e margens... já que o poder — os poderes — ao atuar sobre o sexo, e em geral ao construir subjetividade, também produz, como dizíamos das disciplinas, um efeito duplice, gerador de divergência e resistência. Não haverá aí ocasião, alguma hipótese, para a libertação do sujeito? Pensamos que sim.¹⁷

E não esqueçamos que o dispositivo da sexualidade tenta ademais, por meio de regulamentações, controlar a população: saúde, natalidade, migrações, habitação, etc. Isto leva-nos à política e ao dado inquestionável da confrontação política, a luta de poderes. Não haverá aí também hipóteses para a libertação do sujeito? Sim, pensamos que sim. Mas prossigamos, ainda, com a exploração da dominação.

Espectáculo

A outra face da dominação é o espetáculo, que em *La société du spectacle*, de 1967, Guy Debord (2006: 765-859)¹⁸ pôs na medula da vida social ocidental contemporânea. Ora bem, o espetáculo não produz individuações, mas identificações. Fabrica intérpretes-atores por meio da re-apropriação da potência do ser humano vivo. Tal re-apropriação, ou sequestro da potência, consiste na proibição de o indivíduo identificar-se de modo perdurável com algum conteúdo particular, com algum signo de pertença, salvo com o movimento de afastar-se de cada um deles num consumo-destruição frenético, paroxístico. Esta proibição lança-nos na ordem da representação: a atroz *aesthética* (cosmética, dietética, estética).

¹⁶ E no entender de Foucault, também. Ele consagrou à hermenêutica do sujeito o curso 1981-1982 (Foucault, 2001). Com esse título publicaram-se em castelhano os resumos das lições e uma entrevista ao filósofo (Foucault, 1994).

¹⁷ Neste sentido, a filosofia de Deleuze e Guattari fornece de conceitos para compreender e criar esta libertação ou, na sua terminologia, praticar uma nova individuação: haecceidade, essência nómade, intensidade, devir, espaço liso (Martínez Quintanar, 2007: 695-731).

¹⁸ Também devem consultar-se os *Commentaires sur la société du spectacle* (Debord, 2006: 1593-1646).

Segundo Debord, na nossa sociedade tudo se converte em representação. As imagens, desprendidas dos fluxos de vida, fusionam-se numas correntes comuns amputadas dessa vida, de tal modo que a sua autonomia gera o movimento do não vivo, o morto, o espetacular. O espetáculo não é o conjunto dessas imagens, mas a relação social entre as pessoas que sobrevivem colocadas nesses circuitos imaginantes, imaginários. “Colocadas” porque são a resposta, “coisas” que se “põem” no circuito da “demanda”, que se correspondem no “emprazamento” da spectralidade do espetacular.

O espetáculo não é o simples engano de um mundo visual, produto das técnicas de difusão massiva de imagens. É uma concepção do mundo, no duplo sentido de “ideação” e “génese”, que se apresenta, simultaneamente, como triangulação: é a sociedade mesma, uma parte dela e um instrumento de unificação. O espetáculo não é um suplemento do mundo real da vida. Sob todas as suas modalizações padronizadas e normalizadas (informação, propaganda, publicidade, consumo direto, *performances*), o espetáculo pode considerar-se como a matriz do modelo de vida socialmente dominante, resultado de uma opção já efetuada por um modelo de produção, distribuição e consumo. A forma e conteúdo do espetáculo são, portanto, a justificação das condições e fins deste modelo, mas também a condição de possibilidade material-espectral que permite o seu funcionamento, aperfeiçoamento e expansão.

Hoje poder e governo não implicam coação (pelo menos, não única nem principalmente), mas comunicação simbólica selecionada e aceitável. Eis o que podemos chamar “semiopolítica”,¹⁹ soma de governança, espetáculo e comunicação.

Comunicação

Na nossa atualidade, qualquer governo de populações, a bio-governança, inclui como componente fundamental a comunicação: ou seja, qualquer dos biopoderes é, funcional e operativamente, espetacular-comunicacional. As instâncias de vigilância, controlo e uniformização centralizadas desenharam-se para populações estáveis e estabilizadas. Porém, esta forma de governar

¹⁹ Escolhemos esta denominação, “semiopolítica”, em homenagem a Foucault, que em *Surveiller et punir* falara duma “sémio-técnica punitiva”, que apareceria em finais do século XVIII como alternativa ao sistema suplicial, mas que, depois, seria esquecida com a implantação e consolidação do sistema carcerário. A “sémio-técnica punitiva” pretendia punir (ou seja, conseguir os efeitos punitivos) por meio de signos-ideias, pelos efeitos que a receção destes signos-ideias produzisse nos espetadores da punição (Foucault, 1987: 82-102).

populações não é apropriada para o novo sistema económico que exige o livre trânsito de capitais e seres humanos além dos limites do estado-nação. A semiopolítica junta as técnicas de poder de natureza individuante e identificante, isto é, os biopoderes e a comunicação-espetáculo.²⁰

A indústria cultural e as instituições educativas produzem um tipo de ser humano que elimina a contingência, o acaso e a casualidade, ao garantir a aceitação das expectativas dos símbolos codificados pelos meios de comunicação social. O poder produz os próprios seres humanos capazes de reduzir a complexidade e o acaso, e de manter como expectativas aquelas que o sistema pode atender. Isto significa produzir seres humanos que não põem à prova o poder, cujos problemas podem ser resolvidos sem que o poder se gaste e desgaste. Esta seleção de expectativas, sem que medeie a decisão de poder, é chamada “liberdade”.²¹

A semiopolítica, canalizada pela expropriação da linguagem em favor da comunicação simbólica dos *mass media*, tem como finalidade que as demandas formuladas ao sistema sejam exatamente aquelas que o sistema pode atender sem arbitrariedade.²² Para isso a comunicação deve ser especificamente simbólica, espetacular, quer dizer, deve produzir vínculos afetivos nas pessoas por meio da ativação de desejos em determinado grau de profundidade. A comunicação é simbólica quando gera determinadas expectativas como desejo. Deste modo, produz a estrutura do próprio corpo, filtra na motivação, cria formas de prazer, ativa as dimensões emocionais e sentimentais, faz proliferar a comunicação degradada, o sentido comum e configura uma comunidade livre de consumidores. Essas demandas, selecionadas dentre as que o próprio sistema pode atender, configuram a linguagem simbólica do espetáculo (publicidade e propaganda), a verdadeira linguagem da sociedade, capaz de articular os desejos e os afetos, as opiniões e os elementos de julgamento das populações.

Semiopolítica

Os dispositivos de governança de populações, no sentido referido, implicam, no mínimo, agenciamentos entre a memória, o corpo e o tempo, cuja função é orientar os comportamentos dos indivíduos e dar-lhe às suas consciências uma direção (sentido).

O trabalho (sanguinário, atroz, suplicial) sobre a carne da memória (com regras ou técnicas mnemotécnicas), praticado ao longo da existência da hu-

²⁰ Por exemplo, a especulação imaginativa que em redor desta pinça faz Tiqqun (2000).

²¹ Sobre este assunto: Villacañas, 2009.

²² Em nosso ver, têm grande interesse as meditações de Luhmann (1995 e 1997).

manidade como espécie, fez do ser humano um animal calculador que pode dispor antecipadamente do tempo, um ser capaz de fazer promessas. Nas sociedades disciplinárias os suplícios (mutilações, torturas, sacrifícios) foram substituídos por exercícios (repetições, hábitos, rotinas) que criam um animal previsível, de conduta prognosticável. Estes exercícios sobre a carne do corpo, criadores de automatismos, fabricam o ser humano atual, o ser humano da memória sensório-motriz. A imposição da previsibilidade da conduta e da calculabilidade do comportamento vai fazer-se, doravante, graças à codificação, repetição e normalização destes exercícios (nos hospitais, quartéis, prisões, fábricas, escolas, ou qualquer instituição fechada). Mas nas sociedades pós-disciplinárias, onde têm a primazia o espetáculo e a comunicação, privilegia-se uma parte do corpo: o cérebro.

Os regulamentos mnemotécnicos contemporâneos não se assemelham aos suplícios da antiguidade e do medievo, nem aos exercícios disciplinares que começam com a modernidade. Remetem para técnicas semióticas.²³ Na atualidade fabrica-se uma memória através dos signos, as linguagens, as imagens. Desde a antiguidade são conhecidas e praticadas as “mnemotécnicas semióticas”, mas hoje convertem-se em ordens de signos, enunciados, imagens, que operam como memórias artificiais, que possibilitam produzir e conservar o tempo, intervindo nas memórias “naturais” através de redes hertzianas ou telemáticas. A sua constituição funciona sobre a base da sedução, o prazer, o consumo, a comunicação informativa.²⁴

Qualquer sociedade tem a necessidade de converter o ser humano num animal calculável, previsível, disponível. Mas, a disponibilidade que se demanda ao ser humano, a promessa que deve satisfazer hoje, é a de pertencer a formas de vida que são modos de consumo, informação e comunicação que produzem e reproduzem um modelo maioritário que rejeita o contingente e o ocasional (apesar do que a própria linguagem do espetáculo parece dizer, e diz que diz).

Etho-domínio

Com o que temos dito do espetáculo, da comunicação e da semiopolítica, a partir de Debord e outros, completamos o panorama que começámos com Foucault: eis a bio-dominância. É apenas um esboço de panorama, mas basta para concluirmos a nossa indagação.

²³ Cf. Lazzarato, 2007b: 192.

²⁴ Sem “esquecer Foucault”, pensemos nos trabalhos de Baudrillard. Lembramos, por exemplo, Baudrillard, 1979.

Já apontáramos, a respeito de Foucault, como nas disciplinas e nos dispositivos, em suma, na biopolítica, havia hipóteses para os sujeitos inverter as relações de dominação. Com efeito, a auto-disciplina e a subjetivação fornecem ocasiões e lugares para os sujeitos disciplinados e dispostos a “apossar-se”, capacitar-se, habilitar-se:²⁵ para se dotarem a si próprios de poder, apropriando-se de algo do poder que passa por eles para os sujeitar, mas que eles, por sua vez, podem sujeitar: re-ter, re-dirigir, re-utilizar. Indivíduos e coletivos podem traçar em torno de si as linhas de um território, desenhar os planos de uma vida: um etho-domínio, quiçá muito frágil, mas essencial e existente.²⁶

Outro tanto poderíamos dizer da outra face da bio-dominância: o espetáculo, a comunicação, o que em resumo e recolhendo também uma ideia de Foucault chamámos semiopolítica. Esta quereria produzir sujeitos-atores ou inclusive, mais do que isso, sujeitos-actantes,²⁷ simples executores de uma ação, sem consciência do seu papel. Mas, como impedir que os atores interpretem mal os seus papéis, que esqueçam ou confundam o argumento, que entre eles troquem papéis, que redijam pela sua própria conta os fragmentos esquecidos ou perdidos, etc.? Por outras palavras, a maquinaria semiopolítica contém hipóteses, quiçá mínimas, para a aparição de etho-domínios: lugares e ocasiões para os atores “autorizarem-se”: devir autores.²⁸

Foucault, como sabemos, achou esse ponto de fuga, o etho-domínio, na ética greco-latina. Na verdade, era fácil tê-lo visto na auto-disciplina e na subjetivação, nos séculos XIX e XX. Não sabemos se o viu, mas estava a falar de outras cousas e deixou o tema para depois. Ou talvez não o visse até retroceder até Grécia. O que é ali mais visível? Quiçá não, mas o que sim é mais visível na cultura clássica é a filosofia, muito diluída porém na cultura artístico-literária e científico-técnica dos séculos XIX e XX. E a filosofia tem a capacidade de suscitar, em qualquer circunstância, um “deus ex machina” libertador, seja sob a forma da ética ou sob a forma da política.²⁹

²⁵ “Apossar-se”: quiçá poderia traduzir-se assim em português “empowerment”. M. Silvério Marques emprega “capacitação” (Marques, 2010: 149).

²⁶ Para a detecção/criação deste etho-domínio, é produtiva a deriva de Deleuze e Guattari com os conceitos de território, territorialização, desterritorialização. Vid., por exemplo, as nossas análises em geral (Martínez Quintanar, 2002: 92-96) e mais em pormenor (Martínez Quintanar, 2007: 627-651).

²⁷ “Actante”: conceito semiológico para designar um agente que o é ao nível de simples figurante (Reis & Lopes, 1990: 15-18).

²⁸ Neste sentido, o nosso trabalho “Filosofia, educación moral e cultura de paz” (Martínez Quintanar & Soto, 2011: 21-35).

²⁹ Daí, a importância da presença da Filosofia, nomeadamente na educação. E a necessidade de defender essa presença, sempre (e hoje como sempre) ameaçada. Vid., por exemplo: Nussbaum, 2010.

Filosofar é lutar contra um “gênio maligno”, aquele que tentava enganar e derrotar Descartes, que *hic et nunc* quer enganar-nos e derrotar-nos convencendo-nos da futilidade da filosofia... e, desse modo, impedir ou atrasar a aparição de algum “deus ex machina” (ou seja: de alguma filosofia, da filosofia em geral)³⁰ neste teatro atual ao qual, de mil maneiras, se dá o nome de realidade.

Referências

- ARIÈS, Philippe (1975): *Essais sur l'histoire de la mort en Occident du Moyen Age à nos jours*, Paris, Seuil.
- BADIOU, Alain (1989): *Manifeste pour la philosophie*, Paris, Seuil.
- (1992): *Conditions*, Paris, Seuil.
- BAUDRILLARD, Jean (1979): *De la séduction*, Paris, Galilée.
- DEBORD, Guy (2006): *Œuvres*, Paris, Gallimard.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix (1980): *Mille Plateaux. Capitalisme et Schizophrénie II*, Paris, Minuit.
- (1991): *Qu'est-ce que la philosophie?*, Paris, Minuit.
- DERRIDA, Jacques (1990): *Du droit à la philosophie*, Paris, Galilée.
- (1997) *Le droit à la philosophie du point de vue cosmopolitique*, Vendôme, Verdier-Unesco.
- EWALD, François (1986): *L'État providence*, Paris, Grasset.
- FOUCAULT, Michel (1975): *Surveiller et punir. Naissance de la prison*, Paris, Gallimard.
- (1976): *Histoire de la sexualité, Vol 1: La volonté de savoir*, Paris, Gallimard.
- (1984a): *Histoire de la sexualité, Vol 2: L'usage des plaisirs*, Paris, Gallimard.
- (1984b): *Histoire de la sexualité, Vol 3: Le souci de soi*, Paris, Gallimard.
- (1985): *História da sexualidade 2. O uso dos prazeres*, trad. port. Maria Thereza da Costa Albuquerque, Rio de Janeiro, Graal, 5^a ed.
- (1987): *Vigiar e punir. Nascimento da prisão*, trad. port. Ligia L. Pondé Vassallo, Petrópolis, Vozes, 5^a ed.

³⁰ A sua fragilidade (e demais taras), de agora e de quase sempre, convertem a filosofia, na melhor das hipóteses, num “deus ex machina”,... que aquelas e aqueles que se dedicam à filosofia devem arrastar, com muito esforço, aos mais diversos palcos (às mais diversas realidades). Não imos desenvolver isto, mas queríamos lembrar, no contexto de Foucault e de Debord, alguns aportes que nós interpretamos nesse sentido: Badiou, 1989 e Badiou, 1992; Deleuze & Guattari, 1991; Derrida, 1990 e Derrida, 1997.

- (1994): *Hermenéutica del sujeto*, trad. cast. Fernando Álvarez Uría, Madrid, La Piqueta.
- (1997): *Il faut défendre la société. Cours au Collège de France, 1975-1976*, Paris, Seuil/Gallimard.
- (2001): *L'Herméneutique du sujet. Cours au Collège de France, 1981-1982*, Paris, Seuil/Gallimard.
- (2004a): *Sécurité, Territoire, Population. Cours au Collège de France, 1977-1978*, Paris, Seuil/Gallimard.
- (2004b): *Naissance de la biopolitique. Cours au Collège de France, 1978-1979*, Paris, Seuil/Gallimard.
- (s.d.): *História da sexualidade I. A vontade de saber*, trad. port. Pedro Tamen, Lisboa, Edições António Ramos.
- LAZZARATO, Maurizio (2007a): “Biopolitique/Bioéconomie”, in Moulier-Boutang, Yann (coord.) (2007), *Politiques des multitudes. Démocratie, intelligence collective & puissance de la vie à l'heure du capitalisme cognitif*, Paris, Éditions Amsterdam, pp. 91-98.
- (2007b): “Puissances de la variation. Entretien avec Yves Citton”, in Moulier-Boutang, Yann (coord.) (2007), *Politiques des multitudes. Démocratie, intelligence collective & puissance de la vie à l'heure du capitalisme cognitif*, Paris, Éditions Amsterdam, pp. 188-196.
- LUHMANN, Niklas (1995): *Poder*, Barcelona, Anthropos.
- (1997): *Observaciones de la modernidad. Racionalidad y contingencia en la sociedad moderna*, Barcelona, Paidós.
- MARQUES, Manuel Silvério (2010): “Uma sombra o precede. Lei de morte, hospitalidade e cuidados de suporte”, *Alicerces III* (3), pp. 147-165.
- MARTÍNEZ QUINTANAR, Miguel Ángel (2002): *Gilles Deleuze (1925-1995)*, A Coruña, Baía Edicións.
- (2007): *La filosofía de Gilles Deleuze: del empirismo transcendental al constructivismo pragmático*, Santiago de Compostela, Servizo de Publicacións e Intercambio científico da Universidade de Santiago de Compostela.
- MARTÍNEZ QUINTANAR, Miguel Ángel & SOTO, Luís G. (2011): “Filosofía, educación moral e cultura de paz”, *Roteiros. Arumes de pensamento crítico* 5, pp. 21-35.
- NUSSBAUM, Martha C. (2010): *Sin fines de lucro. Por qué la democracia necesita de las humanidades*, trad. cast. María Victoria Rodil, Madrid, Katz Editores.
- REIS, Carlos & LOPES, Ana Cristina M. (1990): *Dicionário de Narratologia*, Coimbra, Almedina, 2ª ed.
- SOTO, Luís G. (2006): *Paz, guerra y violencia*, trad. cast. Tareixa Roca, A Coruña, Espiral Maior.

- (2009): “Del poder y la contestación”, in Brandariz, José Ángel, Fernández de Rota, Antón & González, Rosendo (eds.) (2009): *La globalización en crisis. Gubernamentalidad, control y política de movimiento*, Málaga, Universidad Libre Experimental-Casa Invisible-Universidade Invisível, pp. 11-25.
- (2012): “Pensamientos de un preso”, *Astrolabio. Revista internacional de filosofía política* 13, pp. 395-405.
- TARRÍO GONZÁLEZ, Xosé (2007): *Huye, hombre, huye. Diario de un preso FIES*, Barcelona, Virus Editorial, 4ª ed.
- TIQQUN (2000): *Théorie du Bloom*, Paris, éditions La Fabrique.
- VILLACANA, José Luis (2009): “Crise con espectador: un balance sobre a democracia”, *Roteiros. Arumes de pensamento crítico* 3, pp. 10-39.